

**HABEAS CORPUS Nº 550.528 - PA (2019/0366317-4)**

**RELATOR** : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**  
**IMPETRANTE** : LUCAS SA SOUZA  
**ADVOGADO** : LUCAS SÁ SOUZA - PA020187  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIAO  
**PACIENTE** : K A C (PRESO)

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em favor de **K. A. C.**, em decorrência de suposto constrangimento ilegal praticado pela Desembargadora Relatora do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, consistente no excesso de prazo para julgamento da apelação.

Consta dos autos que o paciente foi condenado, em primeiro grau de jurisdição, à pena privativa de liberdade de 27 (vinte e sete) anos, 2 (dois) meses e 20 (vinte) dias de reclusão, em regime inicial fechado, pela prática dos delitos previstos nos artigos 217-A, do Código Penal, 240, *caput*, 241-A, *caput* e 241-B, *caput*, todos da Lei n. 8.069/90.

O impetrante sustenta que o paciente estaria sofrendo constrangimento ilegal ante o excesso de prazo para o julgamento da apelação.

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo não conhecimento ou pela denegação da ordem.

**É o relatório.**

É manifesta a superveniente ausência de interesse de agir que atingiu esta impetração, pois, em consulta ao sítio eletrônico do Tribunal de origem (Apelação n. 0017997-09.2016.4.01.3900), verifica-se que, em 11/3/2020, o recurso foi apreciado pela Turma julgadora.

Ante o exposto, **julgo prejudicado** este *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de abril de 2020.

Ministro **RIBEIRO DANTAS**  
Relator